

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP****INTRODUÇÃO**

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, conforme estabelecido no artigo 2º da Lei nº 8.080/1990. Nesse contexto, o transporte de veículos para a Secretaria de Saúde desempenha papel essencial na garantia do acesso aos serviços de saúde, bem como na execução de atividades administrativas e operacionais.

O artigo 2º da Resolução MS/CIT nº 13, de 23 de fevereiro de 2017, define o Transporte Sanitário Eletivo como aquele destinado ao deslocamento programado de pessoas para a realização de procedimentos de caráter eletivo, regulados e agendados, sem urgência, em situações previsíveis de atenção programada, tanto no próprio município de residência quanto em outros municípios das regiões de saúde de referência, conforme pactuação.

Dessa forma, o município tem a obrigação de garantir transporte adequado para os usuários que não possuem condições de se deslocarem por meios próprios, bem como assegurar que a frota disponível esteja em pleno funcionamento para atender às necessidades da população.

Atualmente, a frota existente apresenta limitações que impactam diretamente a eficiência dos serviços, tanto no transporte sanitário quanto em ações administrativas da Secretaria de Saúde, especialmente em regiões de maior vulnerabilidade e de difícil acesso.



A incorporação de novos veículos visa ampliar e qualificar o transporte de pacientes, equipes e materiais, garantindo acessibilidade, segurança, conforto e eficiência operacional, assegurando resposta adequada em atendimentos eletivos e emergenciais, inclusive em áreas de difícil acesso.

Portanto, a contratação é estritamente necessária ao atendimento do interesse público, garantindo que a Secretaria de Saúde possa desempenhar suas funções com regularidade e qualidade, em conformidade com a legislação vigente e os princípios da Lei nº 14.133/2021.

2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)

Com vistas à adequada instrução do processo e à seleção da solução mais vantajosa para a Administração Pública, foi realizado levantamento de mercado e análise das alternativas disponíveis para o atendimento da necessidade de aquisição de veículos destinados ao transporte sanitário e administrativo. Foram avaliadas as seguintes possibilidades:

- a) Aquisição de veículos novos
 - Vantagens: maior durabilidade; garantia de fábrica integral; menor custo com manutenções corretivas; possibilidade de manutenção preventiva programada; disponibilidade de peças originais; adequação às normas vigentes de segurança, acessibilidade, emissões e eficiência energética; padronização da frota; e aumento da confiabilidade operacional para serviços essenciais, como transporte de pacientes e deslocamentos de equipes de saúde.
 - Desvantagens: maior desembolso inicial, embora compensado pelo menor custo de manutenção e maior vida útil.
- b) Aquisição de veículos seminovos ou usados
 - Vantagens: custo inicial inferior.



- Desvantagens: ausência ou limitação de garantia; maior risco de falhas mecânicas; custo elevado com manutenções corretivas; desgaste acumulado; variação de quilometragem e estado de conservação; dificuldades de padronização da frota; e insegurança para o transporte de pacientes e equipes de saúde.

- Conclusão: alternativa descartada por não atender satisfatoriamente aos princípios da economicidade e da eficiência, além de comprometer a segurança e a continuidade dos serviços.

c) Locação de veículos

- Vantagens: menor investimento inicial e maior flexibilidade de substituição de veículos em caso de defeito.

- Desvantagens: não gera incorporação patrimonial ao Município; custo elevado em médio e longo prazo devido à despesa continuada; ausência de autonomia para personalizações necessárias (como ambulâncias equipadas e micro-ônibus adaptados); dependência contratual de terceiros; e riscos de interrupção do serviço em caso de inadimplemento ou rescisão contratual.

- Conclusão: opção desvantajosa em comparação com a aquisição de veículos novos, sobretudo considerando a necessidade de veículos especializados para atendimento à saúde.

d) Participação em Atas de Registro de Preços (ARP) já vigentes

- Vantagens: agilidade no processo de contratação; possibilidade de aproveitamento de escala e padronização; preços previamente registrados após processo competitivo.

- Desvantagens: limitações quanto à disponibilidade de modelos, prazos de entrega e eventuais restrições contratuais da ata.

- Conclusão: embora viável, depende da compatibilidade da ata existente com as especificações técnicas requeridas para veículos de uso em saúde e transporte sanitário, devendo ser analisada a economicidade em comparação com licitação própria.



Diante da avaliação técnica e econômica, a alternativa mais adequada e vantajosa à Administração é a aquisição de veículos novos por meio de processo licitatório, garantindo:

- maior eficiência operacional;
- padronização da frota;
- segurança no transporte de pacientes e servidores;
- redução de custos de manutenção no curto e médio prazo;
- observância aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) justificativas para o parcelamento ou não da contratação:

Opta-se pelo parcelamento do objeto em itens individualizados, e não em lotes ou grupos. A adoção desse formato é a mais vantajosa para garantir maior transparência, ampla participação e estimular a competitividade entre empresas de diferentes portes, o que contribui para o melhor aproveitamento do mercado e para o alcance de condições mais vantajosas para o Município. Por conseguinte, a disputa será conduzida por item, de forma individualizada, garantindo maior transparência, ampla participação e possibilitando que empresas de diferentes portes possam concorrer de maneira equitativa.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala:

A estimativa de quantidades para a presente contratação foi definida com base nas Resoluções da Secretaria de Estado da Saúde (SESA) e na Emenda Parlamentar nº 50410007, de autoria do Deputado Federal Sergio Souza, que



destinaram recursos financeiros específicos para o custeio da compra de veículos.

Dessa forma, o quantitativo a ser contratado não decorre de mera projeção da Administração, mas sim da vinculação direta entre os valores repassados e a quantidade de veículos estabelecida nos instrumentos de destinação de recursos, já compatibilizados com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Assim, o processo licitatório contemplará os seguintes itens, em conformidade com os repasses financeiros e as determinações constantes nos documentos que lhes dão suporte:

- 03 (três) sedans básicos;
- 02 (dois) hatch básicos;
- 02 (duas) vans;
- 01 (um) micro-ônibus;
- 01 (uma) ambulância básica;
- 01 (uma) ambulância 4x4.
- 01 (um) veículo tipo furgão

A adoção dessas quantidades atende ao interesse público, assegura a correta aplicação dos recursos vinculados e garante que a frota da Secretaria de Saúde seja fortalecida de acordo com o planejamento previamente autorizado pelas instâncias competentes.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

O custo total estimado para a presente contratação é de R\$ 1.780.515,00 (um milhão setecentos e oitenta mil quinhentos e quinze reais). Ressalta-se que este valor constitui apenas uma estimativa, baseada nos recursos disponíveis,



podendo sofrer alterações conforme as necessidades operacionais e a disponibilidade financeira.

As despesas decorrentes do fornecimento dos veículos serão custeadas por meio de recursos provenientes do Tesouro do Estado, da Secretaria de Estado da Saúde (SESA) e da contrapartida municipal, assegurando o financiamento necessário para a plena execução do contrato.

6. ANÁLISE DOS RISCOS (art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021) a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

Risco	Dano	Ação Preventiva	Ação de Contingência
Baixa competitividade no certame	Preços elevados ou ausência de propostas.	Elaborar edital claro e objetivo, com especificações amplamente difundidas no mercado, e promover ampla divulgação.	Revisar o edital e republicar a licitação com ajustes, se necessário.
Proposta com preços inexequíveis	Contratação inviável, podendo levar à rescisão contratual.	Realizar análise rigorosa de viabilidade econômica e exigir justificativas detalhadas para preços abaixo do mercado.	Solicitar complementação de informações e, se inviável, recorrer ao segundo colocado ou novo certame.
Atraso na entrega do veículo	Comprometimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde, especialmente o Transporte Sanitário Eletivo, e descumprimento	Incluir cláusulas contratuais que estipulem prazo máximo para entrega, com penalidades em caso de descumprimento.	Aplicar penalidades contratuais e, em casos extremos, executar a garantia contratual.



	de prazos administrativos.		
Incompatibilidade técnica do veículo com as especificações do edital	Impossibilidade de uso do veículo para os fins previstos.	Detalhar as especificações técnicas no edital e exigir certificação ou declaração de conformidade por parte dos fornecedores.	Substituir o fornecedor contratado ou buscar adequações técnicas do veículo, se possível.
Problemas na realização das revisões obrigatórias	Perda da garantia do veículo e aumento de custos com manutenção.	Contratar revisões junto com o veículo e garantir que as concessionárias estejam localizadas em regiões acessíveis.	Realizar as revisões em oficinas não autorizadas, assumindo o custo, para evitar prejuízos maiores ao funcionamento do veículo.
Erros ou omissões no edital	Contestações por parte dos licitantes e possíveis impugnações ao processo.	Revisar o edital minuciosamente antes da publicação, com suporte técnico e jurídico.	Publicar erratas para corrigir falhas identificadas e suspender o certame se necessário.
Protestos ou ações judiciais de fornecedores não habilitados	Atraso no processo licitatório e na execução contratual.	Garantir transparência no processo e justificar tecnicamente as decisões de inabilitação.	Defender a regularidade do certame com suporte jurídico.
Desistência do fornecedor vencedor	Necessidade de iniciar novo processo licitatório ou convocar outro fornecedor.	Verificar a capacidade técnica e financeira do fornecedor antes da adjudicação.	Convocar o segundo colocado ou iniciar nova licitação.
Falhas na fiscalização do contrato	Execução inadequada do contrato, comprometendo a	Definir responsáveis pela fiscalização e oferecer	Substituir o fiscal e aplicar penalidades ao



	qualidade do objeto.	capacitação específica para os fiscais.	fornecedor, se necessário.
Aumento de preços no mercado durante a execução contratual	Risco de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro e impacto no orçamento.	Elaborar estimativas de preços realistas e incluir cláusulas de reajuste no contrato.	Negociar o reequilíbrio ou, se inviável, rescindir o contrato e iniciar novo certame.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

A presente aquisição de veículos tem como finalidade atender de forma eficiente, segura e contínua às demandas da Secretaria Municipal de Saúde, especialmente no transporte de pacientes para outros municípios, garantindo acesso a atendimentos médicos especializados, exames e procedimentos de média e alta complexidade que não estão disponíveis na rede municipal. A ampliação e modernização da frota têm como objetivos principais:

- a) Melhorar a logística dos deslocamentos, reduzindo o tempo de espera e proporcionando maior conforto aos usuários, em especial aqueles em situação de vulnerabilidade, com doenças crônicas ou em tratamento contínuo;
- b) Oferecer transporte mais humanizado e seguro, assegurando a integridade física e o bem-estar dos pacientes;
- c) Otimizar os recursos da Secretaria de Saúde, permitindo um planejamento mais eficiente das viagens, evitando sobrecarga dos veículos existentes e reduzindo custos com manutenções corretivas decorrentes do uso excessivo da frota atual;
- d) Garantir a utilização adequada dos recursos financeiros, previamente alocados para essa finalidade, evitando devoluções e assegurando que os investimentos sejam aplicados em benefício da população.



Com a implementação desta solução, espera-se aprimorar a qualidade e a eficiência do transporte sanitário, promovendo maior acessibilidade aos serviços de saúde e contribuindo diretamente para a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida dos munícipes. A iniciativa está alinhada aos princípios de universalidade, integralidade e equidade do Sistema Único de Saúde (SUS), assegurando que o atendimento público seja realizado de forma eficaz, segura e humanizada.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Como requisitos da contratação serão requeridos os seguintes documentos:

- a) Manual ou ficha técnica detalhando as especificações do veículo.
- b) Declaração de Garantia: Mínimo de 36 (trinta e seis) meses para os veículos dos Itens 01 (Sedans), 02 (Hatch), 03 (Vans) e 07 (Furgão); e mínimo de 12 (doze) meses para os Itens 04 (Micro-ônibus), 05 (Ambulância Básica) e 06 (Ambulância 4x4). A garantia, independente das horas de uso, deve cobrir defeitos de fabricação, montagem e funcionamento em condições normais e inicia-se na data de recebimento definitivo pelo usuário final.
- c) Declaração de Assistência Técnica: Listagem de empresas autorizadas para a realização de revisões obrigatórias e manutenção da garantia, localizadas em um raio não superior a 150 km do município de Dois Vizinhos/PR. O suporte para eventuais problemas na garantia deve ser prestado em até 48 (quarenta e oito) horas após a comunicação do problema, sem custo para a administração.
- d) Atestado de Capacidade Técnica: Comprovação de execução de serviços similares ao objeto da licitação.
- e) Certificado de Emissão de Poluentes e Ruído (LCVM): Emitido pelo IBAMA.

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda efetuar a



entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, se cabíveis ao objeto.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto pela área responsável não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou por vícios do produto.

A Contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues.

A Contratada deverá fornecer diretamente o produto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

Prestará todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados relacionados com as características dos produtos/serviços fornecidos.

Necessitará executar, fielmente, as entregas de acordo com as requisições expedidas, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da Contratante.

Contratada se obriga a executar os serviços ou a realizar a entrega dos produtos em estrita conformidade com os prazos, locais, quantidades e demais condições previamente estabelecidas pela Administração.

A Contratada deverá, portanto, adequar a execução contratual às determinações do solicitante, garantindo que o produto seja entregue em perfeitas condições de uso, devidamente embalado, identificado e acompanhado da documentação pertinente, ou que o serviço seja prestado de forma a atender plenamente às finalidades que motivaram a contratação.

Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.



A Contratada é obrigada a pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais adquiridos, fornecer Nota Fiscal correspondente aos produtos comercializados, igual ao descrito em Nota de Empenho, assim como se responsabilizar pelas despesas operacionais e administrativas, de mão de obra dos produtos, transporte até o local da entrega que será previamente indicado.

Quando a aquisição for adquirida pelo Município através de Transferências Especiais de Recursos Federais ou Estaduais ou verba parlamentar é imprescindível indicar nas observações da Nfe, o número do convênio, número do Edital, documentos estes que comprovam o nexos causal entre recursos repassados e as despesas realizadas.

INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

() SIM

(x) NÃO

9. JUSTIFICATIVAS (Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

O presente processo licitatório apresenta exigências de qualificação técnica e econômico-financeira com o objetivo de garantir a execução eficiente e segura do contrato, assegurando que o objeto seja entregue com qualidade e dentro dos prazos previstos.

a) Qualificação Técnica: A exigência de qualificação técnica visa demonstrar que os licitantes possuem experiência comprovada e competência necessária para a execução do objeto da licitação. Essa medida garante que os serviços ou produtos fornecidos atendam aos padrões de qualidade exigidos, reduzindo



riscos de atrasos, não conformidades ou falhas na execução do contrato. A comprovação da capacidade técnica também assegura que o contrato seja realizado com eficiência e eficácia, otimizando os recursos públicos e garantindo que a Administração receba o produto ou serviço conforme especificações previamente definidas.

b) Qualificação Econômico-Financeira: A exigência de qualificação econômico-financeira tem como finalidade assegurar que os licitantes apresentem situação financeira estável e saudável, capaz de suportar os custos e responsabilidades decorrentes do contrato. Essa avaliação permite verificar se a empresa possui capacidade de cumprir suas obrigações, tais como pagamento de fornecedores, salários e tributos, minimizando riscos de inadimplência, falência ou dificuldades financeiras que possam comprometer a execução do contrato e o interesse público.

b.1) Para a presente contratação, opta-se pela dispensa das exigências de qualificação econômico-financeira para os itens 01, 02, 03 e 07, decisão amparada no art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. A referida norma legal faculta à Administração a dispensa de documentos de habilitação, no todo ou em parte, em contratações para entrega imediata. A aquisição dos objetos em tela — Itens 01, 02, 03 e 07 — enquadra-se nesta hipótese, uma vez que o prazo estipulado para o fornecimento é de 30 (trinta) dias, em remessa única, o que atende ao conceito de entrega imediata definido pelo art. 6º, inciso X, da mesma Lei (prazo de entrega de até 30 dias da ordem de fornecimento).

A combinação dessas exigências técnicas e econômico-financeiras contribui para a segurança jurídica e operacional da contratação, garantindo que o objeto seja entregue de forma completa, eficiente e dentro dos padrões de qualidade esperados pela Administração.

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos



requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

A renovação da frota de transporte de pacientes é essencial para aprimorar a segurança, a eficiência e a sustentabilidade do serviço. A substituição de vans antigas por veículos modernos contribui para a redução da emissão de poluentes, melhora a qualidade do ar e promove benefícios diretos à saúde pública. Contudo, essa modernização também apresenta desafios, especialmente relacionados ao impacto ambiental da fabricação e do descarte dos veículos substituídos.

Para equilibrar os benefícios e os desafios dessa transição, é fundamental a adoção de práticas sustentáveis. Nesse sentido, a Administração Municipal estabelece critérios rigorosos para garantir que a empresa contratada siga diretrizes ambientais em conformidade com a legislação vigente.

A seguir, apresentam-se os principais impactos e as medidas para promover um transporte mais sustentável:

a) Impactos Positivos

Redução das Emissões de Gases Poluentes: A substituição de vans antigas movidas a diesel por veículos modernos, equipados com tecnologias avançadas de controle de emissões, reduzirá significativamente a poluição do ar, beneficiando tanto os pacientes transportados quanto a população das áreas atendidas.

Melhoria da Saúde Pública: A diminuição da emissão de material particulado contribui para a redução de problemas respiratórios, especialmente entre crianças, idosos e pessoas com doenças preexistentes. Isso melhora a qualidade de vida desses grupos e reduz custos relacionados ao tratamento de doenças respiratórias.

b) Impactos Negativos

Emissões Durante a Fabricação e Descarte: A produção de novos veículos envolve a emissão de gases de efeito estufa e o consumo de recursos naturais. O descarte inadequado das vans antigas também pode gerar impactos



ambientais relevantes, caso não seja realizado por meio de processos responsáveis de reciclagem e eliminação.

Embora a modernização da frota apresente benefícios ambientais e à saúde pública, é necessário considerar os custos financeiros da aquisição e manutenção dos novos veículos, bem como os impactos ambientais de sua produção e descarte.

Para minimizar esses efeitos, é imprescindível adotar práticas de gestão sustentável ao longo de todo o ciclo de vida dos veículos. Nesse sentido, a contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 5º da Lei nº 14133/2021 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis:

Os resultados esperados com a contratação de veículos para a Secretaria de Saúde são os seguintes:

1. Melhoria no Transporte de Pacientes: Garantir transporte seguro, adequado e eficiente para os pacientes, especialmente aqueles que necessitam de atendimentos especializados fora do município, assegurando deslocamentos sem prejuízos à saúde e promovendo a continuidade dos cuidados médicos.

2. Acessibilidade e Conforto: Assegurar condições de transporte que ofereçam conforto e acessibilidade para todos os usuários, incluindo pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em conformidade com as normas técnicas e de acessibilidade vigentes.

3. Eficiência no Atendimento de Emergências: Garantir a plena operacionalidade da ambulância 4x4, permitindo atendimento ágil e eficiente em



áreas de difícil acesso, preservando a saúde, a segurança e a vida dos pacientes.

4. Redução de Custos Operacionais: A aquisição de veículos novos, equipados com tecnologias mais eficientes, objetiva reduzir custos relacionados à manutenção de veículos antigos, ao consumo de combustível e a eventuais interrupções nos serviços, assegurando continuidade operacional da frota.

5. Sustentabilidade e Conformidade Ambiental: Promover a adoção de práticas sustentáveis na operação e manutenção dos veículos, em conformidade com a legislação ambiental vigente, reduzindo impactos como emissão de poluentes e assegurando a gestão adequada de resíduos automotivos.

6. Maior Qualidade no Atendimento à População: Garantir que o transporte sanitário seja eficiente, seguro e confiável, assegurando que os veículos estejam em perfeito estado de funcionamento e atendam às necessidades da população, fortalecendo a confiança nos serviços de saúde prestados pelo município.

Esses resultados visam à otimização da gestão pública e à qualificação dos serviços de saúde, assegurando que a população receba atendimento de qualidade, eficiente e seguro, em conformidade com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

12. REGIME DE FORNECIMENTO (Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021)
o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

O regime de fornecimento dos veículos será realizado de forma integral, garantindo a entrega completa e imediata da frota conforme o cronograma estabelecido em contrato.

A aquisição conjunta de diferentes tipos de veículos — sedans, hatch, vans, micro-ônibus e ambulâncias — permite otimização de custos com logística, gestão e operação da frota, promovendo economia de escala e maior eficiência para a Administração Pública.



O regime adotado assegura que os veículos sejam entregues de maneira segura, ordenada e dentro dos padrões de qualidade exigidos, atendendo às demandas da Secretaria de Saúde de forma contínua e eficiente.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal(is) e suplente(s) designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Claudete Meurer
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Jaqueline Cordeiro dos Santos Almeida
Fiscal Técnico:	Não se aplica
Suplentes:	Rafael Rugerio Dutra

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Foram identificadas como atividades correlatas a esta contratação a aquisição de seguro para os veículos, garantindo a adequada proteção do patrimônio público e a continuidade dos serviços, bem como a contratação de fornecimento de combustível, essencial para a operação eficiente e ininterrupta do transporte sanitário, assegurando o atendimento pontual e seguro aos pacientes que dependem deste serviço.



15. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)
demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual,
sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento
da Administração;

O objeto não consta no Plano Anual de Compras/Contratações de 2025, em razão de tratar-se de recursos liberados e disponibilizados posteriormente à publicação do referido plano.

Além disso, a contratação decorre da identificação da necessidade e da viabilidade da demanda, considerando que os recursos em questão não possuem datas ou objetos previamente definidos para repasse, o que impossibilita sua previsão no planejamento anual.

Portanto, a execução desta contratação justifica-se pela necessidade de atender à demanda específica do município, garantindo a aplicação eficiente dos recursos liberados e o atendimento do interesse público, em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021.

16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS

- ☐ Global
☐ Lote(s) de Itens
☒ Por Itens

17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

- ☒ Bens e serviços comuns
☐ Bens e serviços especiais
☐ Serviço comum de engenharia
☐ Serviço especial de Engenharia

Trata-se de bens e serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, utilizando especificações usuais de mercado. Os veículos, bem como os serviços



correlatos (como seguro e fornecimento de combustível), possuem características padronizadas, disponíveis em larga escala, e podem ser facilmente comparados entre fornecedores.

Dessa forma, a contratação se enquadra na definição de bem ou serviço comum, conforme o art. 6º da Lei nº 14.133/2021, permitindo que a Administração realize o processo licitatório com base em critérios objetivos de especificação técnica, preço e prazo de entrega.

- () Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos
- () Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra
- (x) Serviços não contínuos ou contratados por escopo
- () Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

Justificativa: A aquisição dos veículos constitui um fornecimento por escopo (bens móveis de entrega pontual e integral).

O fornecimento de bens (veículos) não é contínuo, embora os serviços correlatos (como fornecimento de combustível e seguro) sejam necessidades permanentes ou prolongadas para a operação regular da frota.

18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação apresenta baixo risco de inadimplemento, em razão de fatores objetivos relacionados à natureza do objeto e ao mercado fornecedor:

- a) Baixo risco de descumprimento: as concessionárias e montadoras possuem histórico de cumprimento de contratos e fornecimento de veículos, o que reduz significativamente a possibilidade de inadimplemento;
- b) Natureza do objeto: trata-se de transação direta de bens móveis, sem necessidade de execução prolongada ou envolvimento de riscos financeiros complexos, tornando o contrato de fácil gestão e monitoramento;
- c) Facilidade de substituição do fornecedor: caso o vencedor do certame desista ou não atenda às condições contratuais, é possível convocar o próximo



classificado, nas mesmas condições estipuladas no edital, garantindo a continuidade da contratação e mitigando impactos para a Administração.

Essa análise demonstra que a contratação apresenta segurança jurídica e operacional, alinhada aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Diante do exposto nos itens anteriores, conclui-se que a presente contratação é viável e necessária para atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde. A contratação de veículos novos, conforme especificações técnicas e quantidades definidas pelas Resoluções da SESA e pela Emenda Parlamentar nº 50410007, apresenta os seguintes elementos que comprovam sua viabilidade:

1. Atendimento ao interesse público: garante o transporte seguro e eficiente de pacientes, equipes e materiais, fortalecendo a operação dos serviços de saúde e assegurando o cumprimento das atribuições do município;
2. Adequação técnica: os veículos e serviços associados atendem às necessidades operacionais, proporcionando segurança, acessibilidade, conforto e eficiência;
3. Justificativa econômica: os recursos já estão previamente alocados, e a contratação busca a melhor relação custo-benefício, observando princípios de economicidade e racionalidade na aplicação dos recursos públicos;
4. Baixo risco de execução: a natureza do objeto e o mercado fornecedor reduzem significativamente o risco de inadimplemento, permitindo substituição rápida do fornecedor se necessário;
5. Conformidade legal: a contratação respeita a Lei nº 14.133/2021, bem como as normas e diretrizes específicas da SESA e da legislação orçamentária vigente.



Portanto, considerando a necessidade, a disponibilidade orçamentária, a adequação técnica e a segurança jurídica, a contratação se mostra plenamente viável, oportuna e vantajosa para a Administração Pública, atendendo aos princípios da eficiência, legalidade, economicidade e interesse público.

20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC (Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021) a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

- ☒ Pregão, ☒ Tradicional ☐ SRP
- ☐ Concorrência, ☐ Tradicional ☐ SRP
- ☐ Concurso
- ☐ Leilão
- ☐ Dialogo Competitivo

Procedimentos auxiliares

- ☐ Credenciamento (Inexigibilidade-Chamamento)
- ☐ Pré-Qualificação
- ☐ Procedimento de Manifestação de Interesse, etc vide art. 78 da Lei.
- ☒ Não se aplica.

Contratação Direta:

- ☐ Dispensa ☐ com disputa ☐ sem disputa
- ☐ Inexigibilidade de licitação.
- ☒ Não se aplica.



Critério de julgamento:

- ☒ (x) menor preço
- ☐ () melhor técnica ou conteúdo artístico
- ☐ () técnica e preço
- ☐ () maior retorno econômico
- ☐ () maior desconto
- ☐ () maior lance

Modo de disputa: O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

- ☒ (x) Aberto
- ☐ () Fechado
- ☐ () Aberto e Fechado
- ☐ () Fechado e Aberto

Caráter do orçamento estimado SIGILOS

- ☐ () SIM
- ☒ (x) NÃO

21. Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?

- ☐ () Recursos Próprios
- ☒ (x) Recursos Estaduais
- ☒ (x) Recursos Federais

Dois Vizinhos, 17 de setembro de 2025.

CLAUDETE MEURER

Gestora de Saúde
Secretaria Municipal de Saúde
Matrícula Funcional 17949-1

ANDREA REGINA PELLIN CAGNINI

Agente Administrativo
Secretaria Municipal de Saúde
Responsável pela Elaboração do ETP
Matrícula Funcional 19203-1



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: A7B7-DDF3-F42F-CD42

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



BIANCA CRISTINA SCHREIBER (CPF 085.XXX.XXX-35) em 15/10/2025 11:41:20 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



CLAUDETE MEURER (CPF 905.XXX.XXX-34) em 15/10/2025 14:33:14 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



JAQUELINE CORDEIRO DOS SANTOS DE ALMEIDA (CPF 058.XXX.XXX-08) em 17/10/2025 10:14:34 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/A7B7-DDF3-F42F-CD42>